

**UMA ANTROPOLOGIA
INDÍGENA DO BRASIL,
POR JOÃO PACHECO
DE OLIVEIRA***



IZABEL MISSAGIA DE MATTOS**, ALEXANDRE HERBETTA***, MARLENE
C. OSSAMI DE MOURA****

É com grande satisfação que a revista *Habitus* apresenta, em sua edição de 2022, volume 20, n. 1, uma entrevista com o prof. Dr. João Pacheco de Oliveira que traz um panorama sobre questões ligadas à vida e à história dos povos indígenas no Brasil, relacionadas

* Recebido em: 19.07.2022. Aprovado em: 20.07.2022.

** Professora Associada de Antropologia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, é autora do livro *Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas* (Edusc/Anpocs 2004, nova edição no prelo pela Eduerj). Suas mais recentes publicações se referem à temática da fronteira e da formação da nacionalidade, bem como a biografias que revelam o protagonismo indígena na história do Brasil. Junto à Rede Raízes RJ, participa de pesquisa/ação com detentores de conhecimentos tradicionais e populares em municípios do Rio de Janeiro. E-mail: belmissagia@gmail.com

*** Professor Associado de Antropologia Social, atuando no Núcleo Takinahaky de Formação Superior Indígena, onde é vice-coordenador, e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás (UFG). É Doutor em Antropologia Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Tem experiência na área de Antropologia, Política e Educação, com ênfase em Decolonialidade, Metodologias participativas, Interculturalidade e Etnologia Indígena. É Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPQ, coordenador do Programa de Estágio Docência Supervisionado do Curso de Educação Intercultural Indígena (NTFSI/UFG), membro da Sociedad Latinoamericana de Estudios Interculturales e membro da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da ABA - Associação Brasileira de Antropologia.. E-mail: alexandre_herbetta@yahoo.com.br

**** Professora titular da Pontifícia Universidade Católica de Goiás/Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) e do Programa de Pós-Graduação em História da PUC Goiás. É doutora em Antropologia pela Universidade Marc Bloch de Strasbourg, França. Atualmente, desenvolve pesquisa no Acervo Audiovisual da PUC Goiás/IGPA, com foco na qualificação das imagens da Coleção Audiovisual Jesco Puttkamer, realizada por membros de grupos indígenas presentes nesta Coleção. E-mail: m.ossami@terra.com.br

ao seu protagonismo nos processos e nas lutas por direitos, tendo em vista os desafios enfrentados, ao longo da história, bem como os revezes contemporâneos com o recrudescimento da violência em conflitos envolvendo a invasão de seus territórios.

João Pacheco é professor titular do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS-UFRJ), e tem orientado dezenas de dissertações e teses. Desenvolve, há décadas, trabalho de campo junto aos Tikuna, do Alto Solimões/AM, que embasou sua dissertação de Mestrado intitulada “As Facções e a Ordem Política em uma Reserva Tükuna”, obtida em 1977, pela UnB, e também a sua tese de Doutorado: “O Nosso Governo, os Ticuna e o Regime Tutelar”, defendida em 1986, na UFRJ. Juntamente com líderes Tikuna, foi um dos fundadores do Museu Maguta, primeiro museu indígena do Brasil (1991). Foi presidente da Associação Brasileira de Antropologia – ABA (1994 a 1996) e coordenador da Comissão de Assuntos Indígenas por sucessivos mandatos.

Nosso entrevistado é curador das coleções etnográficas do Museu Nacional e autor de inúmeros títulos editados em vários países. Nos últimos anos vem se dedicando ao estudo de questões ligadas à antropologia do colonialismo e à antropologia histórica, desenvolvendo trabalhos relacionados ao processo de formação nacional, à historiografia, bem como a museus e a coleções etnográficas. Destaca-se, neste sentido, o projeto “Os Brasis e suas Memórias: os indígenas na formação nacional”, que apresenta estudos sobre a presença indígena na história e no Brasil atual, por meio de metodologias inovadoras que dão ênfase às memórias indígenas e suas relações com as memórias da nação.

A entrevista foi concedida aos antropólogos Izabel Missagia de Mattos, Alexandre Herbetta e Marlene C. Ossami de Moura.

Izabel Missagia: a presença dos povos indígenas, na formação do Brasil, tem sido, reiteradamente, encoberta nas narrativas sobre a história e a sociedade brasileira ao longo de séculos. Esse fato, longe de se constituir um “esquecimento” acidental demonstra, ao contrário, a existência de forças que persistem em avançar sobre os territórios e sobre os corpos dos indígenas, negando-lhe, ao mesmo tempo, seus direitos originários. Seus últimos trabalhos, que têm merecido prêmios e reconhecimento, instigam a realização de pesquisas que situam ativamente os povos indígenas nos principais acontecimentos da história nacional. Ainda que tenha havido consideráveis avanços no reconhecimento dos direitos dos indígenas, o negacionismo relativo ao seu lugar na nação persiste, impedindo que as revisões históricas e etnográficas alcancem corações e mentes dentro e fora do mundo acadêmico. Como sair desse impasse?

João Pacheco: sou de total acordo com a argumentação da pergunta. Eu, de fato, considero muito superficial e inadequada a tendência de descrever, através de uma suposta invisibilidade, a pouca importância dos indígenas no processo de formação nacional. A presença indígena sempre foi muito marcante e constante na cena econômica e política brasileira. Os atores sociais e as fontes nunca poderiam ignorá-los por completo, inclusive porque o interesse que movia os colonizadores era o de apropriar-se de suas terras, de controlar o seu trabalho e sua relação com a natureza, impor-lhes um outro comportamento político e religioso.

As riquezas não foram produzidas pelos portugueses, mas tomadas da população autóctones e gestadas pelo trabalho do escravo africano e do indígena. Para

saquear as malocas e territórios indígenas, os colonizadores precisavam conhecer bastante sobre os autóctones, construir planos de extermínio ou de catequese, obter apoio e consenso em diferentes escalas. Frequentemente também precisavam justificar as ações cruéis realizadas, isso num mundo em que se pretendia regido pelos princípios cristãos.

Ademais, claro que as fontes e os estudiosos do passado não nos fornecem os dados que queremos para compreender a organização social e a cultura dos indígenas, aquilo que buscam os antropólogos e os historiadores contemporâneos. Tão pouco forneciam dados e interpretações que os próprios indígenas considerassem válidas. Todavia, este não era de modo algum o seu interesse, nem fazia parte de fato de uma agenda dos conhecimentos da época (as primeiras cátedras de antropologia surgiram nas últimas décadas do século XIX).

Tratar tais relatos históricos como se estivessem “invisibilizando” indígenas retira de seus autores a racionalidade de seus atos e simplifica as suas estratégias políticas e cognitivas. Os saberes que produziram, compartilhados amplamente em sua época, são fatores que motivam as intervenções estatais ou privadas. Os colonizadores nunca deixaram de pensar, de passar informações e de construir hipóteses sobre os indígenas.

Desse modo, não tem sentido analítico despojar tais construções de uma racionalidade (de certo cruel e repressiva), assim como não devemos anistiá-las das duras respostas que deram aos dramas sociais. Conhecimento e poder não são esferas isoladas da vida social, elas se retroalimentam permanente. É preciso compreender como a formação nacional – da forma específica em que ocorreu – engendrou uma outrificação dos indígenas, construindo-os da forma negativa e como melhor convinha aos múltiplos interesses dos colonizadores (ora vendo-os como inimigos no regime de memória colonial, ora como ancestrais no Império e na fundação da nação, ora como primitivos que deveriam ser tutelados, como ocorreu na República). Paralelamente, por contraste, construía-se uma identificação dos “brancos” (descendentes dos europeus) como superiores e civilizados.

Outrossim, é uma obrigação do pesquisador, movido por um referencial crítico, buscar uma descolonização radical das fontes e dos arquivos, assim como dos componentes da identidade nacional, resgatando memórias escamoteadas ou proibidas. Ou seja, precisa-se entender os dados e as interpretações produzidos sobre os indígenas, como parte de um processo político e holístico de dominação, que implica na construção de alteridades estigmatizadas e numa retórica civilizatória. Neste sentido, a história nos traz dados copiosos e exemplos que nos permitem entender como e por que o protagonismo indígena na formação nacional foi encoberto e anulado.

Nesse sentido, devemos, é claro, lutar pela divulgação das pesquisas recentes, fazer, permanentemente, uma revisão dos personagens e dos fatos do passado, combater os preconceitos e as interpretações reificadoras. Precisamos nos preocupar em levar tais conhecimentos a um público mais amplo, em atingir as camadas mais jovens e os setores populares, constituindo um outro imaginário sobre a nação e suas partes constitutivas.

Mas devemos ter cuidado em alimentar esperanças vãs de que uma tal ação seja como a caminhada da tocha olímpica, saudada por todos, capaz de converter imediata e inteiramente corações e mentes. As narrativas e imagens coloniais ou tutelares não desapareceram nem desaparecerão apenas por iluminação e informação, elas continuam no ar e são, efetivamente, retomadas por atores sociais e autoridades que hoje se contrapõem aos direitos indígenas estabelecidos pela Constituição de 1988 e pela

legislação internacional. Portanto é uma luta sem fim, condicionada por fatores econômicos, legais e políticos.

Izabel Missagia: a sua obra tem trazido contribuições importantes no campo da etnologia, como os conceitos de territorialização, utilizados para interpretar processos identitários e lutas, envolvendo os indígenas na história. Outro conceito também, frequentemente, adotado nas interpretações das narrativas nacionais tem sido o de “regimes de memória” que iluminam, por exemplo, o projeto “Os Brasís e suas Memórias” – que reúne biografias de indígenas no Brasil. Acredito que esses conceitos e metodologias constituem ferramentas importantes para a descrição e a interpretação de realidades dos indígenas na história. Se puder esclarecer sobre o percurso e o uso destas ferramentas, brindaria o leitor com chaves importantes para conhecer a sua obra!

João Pacheco: conceitos e metáforas são ferramentas úteis na navegação, no estabelecimento de um rumo para as pesquisas e para os usos práticos do conhecimento. Neste plano, aponto para uma antropologia histórica, praticando uma leitura contemporânea dos clássicos, mas existem algumas atitudes e opções mais primárias que norteiam o meu trabalho, não importando se etnográfico, histórico ou de exegese do conhecimento.

Neste sentido, eu poderia identificar três apreensões constantes em todos os meus textos, em minhas atividades como professor e em meus projetos de investigação (muitas vezes coletivo). Primeira, vejo as totalidades harmônicas como ficções criadas pelos homens, muitas vezes belas e sedutoras, mas sempre limitadas, parciais e finitas. Gosto de mergulhar em suas afinidades e consistência, tendo prazer em acompanhar a sua arquitetura e realizar o mergulho estético e afetivo, mas quero vê-las sempre convertidas em ação social, movidas por agentes concretos, distintos no tempo e no espaço. Atraem-me mais as filosofias do devir do que do ser, me sinto mais próximo de Marx e de Weber do que de Durkheim ou de Lévi-Strauss.

A segunda é a centralidade heurística que atribuo às contradições, chaves privilegiadas para a compreensão do mundo social, com seu dinamismo, múltiplas refrações, performances e ambiguidades. Por isso acredito no potencial criativo da etnografia, na permanente construção de campos de possibilidades, na interlocução dialógica. Não me sentiria confortável em ser o porta-voz de uma teoria ou escola, da qual fosse uma pura e espiritual encarnação.

Por fim considero crucial localizar sistemática e reiteradamente o pesquisador em seu contexto social, buscando os estímulos e interditos que marcaram a sua obra. E, claro, não poderia recusar-me a fazer isso com os meus próprios trabalhos, que frequentemente comportam implicações e comprometimento político, que em algum momento, devem ser desvendados ao leitor.

Izabel Missagia: aproveitando que mencionamos a importância do método biográfico, gostaríamos de saber um pouco do seu próprio percurso, por exemplo, sobre como despertou o interesse sobre os indígenas e um pouco dos desdobramentos, que são inúmeros, bem como resultados dessas descobertas.

João Pacheco: na rotina da vida universitária, com a elaboração de projetos individuais de pesquisa e com a livre escolha de objetos de investigação, devido ao

estabelecimento de prazos, perguntas e metodologias específicas, somos até, involuntariamente, conduzidos a pensar a atividade científica como um laboratório e a atribuir ao pesquisador todo o papel ativo. Em várias ocasiões já critiquei o uso dessa categoria para a análise do que prefiro chamar de situação etnográfica. Enquanto a antropologia se pensa como uma ciência dialógica não pode, de forma alguma, minimizar o papel ativo e criador dos interlocutores presentes naquela situação. Ao contrário, numa experiência etnográfica densa, é mais o povo indígena e a comunidade local quem escolhem e aceitam o seu pesquisador, lhe propõem objetos de investigação e estabelecem os papéis sociais que atendem as suas expectativas, invertendo, por completo, o imaginado pelas rotinas acadêmicas.

Entre os Tikunas foi onde iniciei a minha trajetória de etnógrafo e onde me tornei antropólogo; fiz mestrado (na UNB) e doutorado (no MN), escrevi muitos artigos e quatro livros; com a ajuda da FUNAI implantei o primeiro posto indígena em terras antes apropriadas por antigos patrões seringalistas; colaborei intensamente e em múltiplos papéis na luta pela demarcação de suas terras (algumas vezes sendo perseguido pela FUNAI); criei o MAGUTA, Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões, que transformou-se, mais tarde, no Museu Maguta, primeiro museu indígena do país. Foram quase quatro décadas de convivência (interrompida, mas sempre em seguida retomada), de aliança estratégica e de compartilhamento de tempo (como diria Johannes Fabian) no qual constitui muitos dos meus melhores amigos. Faz muito tempo fui incorporado a um clã ou “nação” (da onça), de meu amigo e compadre Pedro Inácio Pinheiro (Ngematucu) e mais tarde recebi um nome próprio Tikuna. Hoje, me orgulho muito de ter entre os meus orientandos três jovens Tikunas, que concluirão, em breve, seus cursos como antropólogos indígenas.

Nos anos 90, instigado por meus alunos do PPGAS-MN, que iniciaram pesquisa no Ceará, Paraíba, Pernambuco e Bahia, comecei a interessar-me pelos indígenas do nordeste e seus processos de etnogênese. Depois de quase uma dezena de dissertações e de teses já defendidas, organizei uma coletânea, intitulada provocativamente “A viagem da volta”, que situou, definitivamente, estes indígenas como um polo dinâmico da etnologia indígena no Brasil. Este livro, editado em 1999, teve uma segunda edição em 2004, inteiramente esgotada há muito tempo, e agora está indo para a terceira edição. Em 2011 uma nova coletânea focalizou os povos indígenas do Nordeste, enquanto sujeitos perpassados de uma historicidade de cinco séculos, mostrando a continuidade de sua relação com os territórios em que vivem atualmente e a sua importância para a formação da região. De grande impacto também foi a exposição “Os Primeiros Brasileiros”, o que me levou a visitar muitos povos indígenas da região, cumprindo mais de 10 itinerâncias no país e, hoje, é uma exposição digital (com legendas em inglês), o que a possibilita ser acessada até pelo público internacional.

Alexandre Herbetta: desde a década de 1980, intensificando-se na década de 1990, observamos um importante e interessante processo de resistência e de emergência étnica, não apenas, mas bastante visível no nordeste brasileiro. Passamos a (re) conhecer dezenas de populações indígenas antes invisibilizadas no processo colonial. Depois de algumas décadas do referido processo de resistência, denominado, às vezes, etnogênese, com a emergência de dezenas de populações indígenas, atuando e ocupando espaços de mais protagonismo em locais de poder, como conselhos de saúde, assembleias, universidades etc, e se articulando com os movimentos indígenas nacionais e regionais, como

avalia os impactos, avanços e limites deste movimento indígena, em relação ao acesso a direitos e à atuação política, no nordeste brasileiro.

João Pacheco: a presença e a atuação dos indígenas do nordeste, povos em um evidente processo de etnogênese, trouxeram grandes novidades para a etnologia indígena e no campo das políticas indigenistas e das relações entre o Estado brasileiros e suas populações autóctones.

Começando por este último aspecto, as formas de representar os indígenas, herdeiras de regimes de memória precedentes, sempre os viram apenas como testemunhas do passado. Desde o regimento do SPI de 1928 até as fases de integração criadas por Darcy Ribeiro e que estão estabelecidas no próprio Estatuto do índio (Lei 2006/1973), a primeira e originária condição atribuída aos indígenas é de viverem isolados da sociedade brasileira, segundo modos de vida próprios e existindo com grande autonomia. As fases seguintes descrevem a aceleração do contato até chegar à condição supostamente final de integração. Todas as práticas e a retórica do indigenismo republicano estão assentadas em tal classificação.

Como pensar então em indígenas que vivem como camponeses ou trabalhadores (rurais e urbanos), cuja subsistência depende de relações com agentes externos, cujos cultos estão marcados pelo catolicismo ou por tradições afro-brasileiras?

As experiências do SPI em Pernambuco, nas décadas de 1920-1940, resultaram de uma muito específica confluência de fatores (intervenção de antropólogos, como Carlos Estevão, e missionários, como o Padre Dámaso), mas não gerou saberes administrativos nem mudou, em nada, as formas de autorrepresentação da agência indigenista.

A incorporação dos indígenas do nordeste à ação e à política indigenista foi, de fato, iniciada nas décadas de 1970-1980, precisando romper com os preconceitos culturalistas e o *habitus* sertanista, forjado por Rondon, que via com enorme estranheza e desconforto as reivindicações de índios agricultores, parceiros e agregados. Foi mais fácil gerar benefícios na assistência a estes povos, através da escola e da saúde diferenciada, que passavam por outras agências federais e estaduais, do que a identificação e a demarcação de terras (que depende da FUNAI), ainda hoje aspecto crucial que bem pouco avançou.

Paralelamente, a capacidade de mobilização por direitos destes povos revelou-se muito grande, falantes plenos da língua portuguesa e conhecedores das mazelas da administração pública e da vida política brasileira. Isso potencializou as suas lutas locais, ao mesmo tempo em que lhes abriu importantes espaços no próprio movimento indígena, tanto com grandes lideranças emblemáticas (como Xicão Xukuru, Maninha Xucuru-Kariri, Samado Pataxó Há Há Rãe, Apolonio Xocó, entre outros), quanto com articuladores, muitos estudantes, professores e intelectuais indígenas.

No entanto, é importante, assim como falei no caso das indígenas na história nacional, não confundir o brotar de uma semente com a construção de um jardim e o desaparecimento das ervas daninhas. Dessa maneira, com muita luta, os indígenas do nordeste conseguiram o reconhecimento no plano estadual, mas as resistências na FUNAI e em outros órgãos de governo continuam. Assim, também, as representações sobre os indígenas do Brasil no exterior, inclusive nas ONG's e no ambientalismo, prosseguem traçando a imagem sobre os indígenas do Brasil como um fato estritamente

amazônico. A exposição “Os Primeiros Brasileiros”, acima mencionada, tem contribuído bastante para a ampliação do reconhecimento dos indígenas do nordeste em nível nacional e acadêmico.

Em termos da etnologia indígena, igualmente os desafios teóricos trazidos pelas etnogêneses (fenômeno de modo algum restrito ao nordeste, mas presente em todas as regiões do país, inclusive na Amazônia!) têm estimulado importantes desdobramentos teóricos e metodológicos. Se o chamado “giro ontológico”, à diferença do estruturalismo levistraussiano, estimulou a investigação sobre as cosmologias indígenas, algo que os antropólogos já faziam desde o início da disciplina mas autocontidos pelo eurocentrismo e por uma visão universalizante da ciência, as etnogêneses escancararam o fato de que não é possível avançar na compreensão da alteridade através da reificação e da descontextualização, limitando-se a propor um olhar sobre o passado e sobre as estruturas de pensamento ali existentes.

Além disso, é interessante observar que o fato histórico concreto das etnogêneses ajudou, substantivamente, a recolocar mais adequadamente, em discussão, as zonas escuras dos estudos amazônicos, das quais, sistematicamente, os pesquisadores (salvo importantes exceções) se afastavam e procuravam ignorar. Falo da relação com a história. É crucial entender a reelaboração dos mitos e das tradições autóctones, como o fizeram, com esmero e competência, Jonathan Hill, Robin Wright, Bruce Albert & Alcida Ramos e Dominique Gallois, entre outros.

Mas é necessário igualmente investigar e compreender como os indígenas se movem dentro de outras tradições de conhecimento, produzindo experiências novas em campos políticos que vão desde a escola indígena, às intervenções na saúde, no desenvolvimento econômico, na sociabilidade, na política e na religiosidade. Assim o fizeram Stephen Baines, Paul Little, Jean Langdon, Antonella Tassinari, Sidnei Peres, Edviges Ioris, entre outros. Isso sem falar do impacto recente das novas tecnologias de comunicação, nas quais, rapidamente, se incorporaram com grande disposição! Citar estas pesquisas é importante para desfazer uma impressão errônea de que os trabalhos etnográficos na Amazônia se limitam ao perspectivismo.

Portanto, descrever os indígenas de carne e osso, tal como encontrados nas aldeias, nos grotões de pobreza no meio rural e urbano, nas universidades e nos ofícios profissionais, é uma tarefa urgente e necessária. O exercício dessa modalidade de etnologia não pode estar afastado de questões éticas e epistemológicas, colocadas em termos políticos para a América Latina pelo Documento de Barbados, de 1971 e mais tarde também pelo chamado “giro decolonial”, mas exploradas, analiticamente, também por outros autores para o Oriente Médio, África, Índia e América do Norte.

Focar na construção das alteridades, como procurei fazer no livro “O nascimento do Brasil e outros ensaios” (2016), pode ser um caminho para dar unidade e convergência a essa nova modalidade de fazer etnologia.

Alexandre Herbetta: parte de sua preocupação, igualmente, enquanto professor e intelectual, me parece estar ligada à autoria e ao protagonismo indígenas em espaços, criações e decisões que se dão sobre patrimônio, direitos e territórios originários. Como pensa a organização de museus e/ou coleções indígenas realizadas atualmente no país?

263 **João Pacheco:** o mundo dos museus está mudando muito no Brasil e no mundo. Há experiências interessantes em relação a aproveitar os conhecimentos in-

dígenas na identificação e na requalificação de peças de antigas coleções etnográficas. Fala-se também bastante em curadorias compartilhadas. Hoje é quase impossível que um museu organize ou hospede uma exposição que não considere ou abra espaços para o protagonismo indígena, declarando (mesmo que isso seja mais complexo do que uma autodeclaração) fugir das visões objetificantes e arbitrárias dos museus coloniais.

Na década de 1980 cheguei a formar algumas coleções Tikuna para o Museu Nacional, ali questionando a divisão canônica entre “artesanato para uso” e “artesanato para venda”, destacando, mesmo nessas últimas, um forte protagonismo cultural. Sempre me senti incomodado com a postura extrativista, então comum, entre os antropólogos. Em 1991, junto às lideranças Tikuna, criamos o Museu Maguta, em que a coleta e a exposição de peças resultavam das políticas de memória, traçadas pelos próprios indígenas.

Atualmente, o Museu Nacional vive a mais radical experiência nessa direção: as suas coleções etnográficas, acumuladas durante dois séculos, foram destruídas por um avassalador incêndio, em 2018, e a nossa proposta para a reconstrução de seu acervo é de realizá-la em absoluta sintonia com os povos indígenas e a forma como ali desejam ser representados.

Sob essa perspectiva, trata-se de formar coleções conforme as estratégias e as concepções dos indígenas e não apenas de melhor identificar peças etnográficas com a ajuda dos nativos. Nesta nova linha curatorial, cujo projeto-manifesto escrevi, discuti e publiquei em 2020¹, as coleções passam a ser vivas, mantendo-se um diálogo permanente entre os objetos no MN e as sociedades indígenas, que devem assumir também funções de cocuradoria, estabelecendo critérios de guarda assim como de exposição.

A descolonização dos museus não pode ser apenas um exercício de relativismo radical, mas sim, de compromisso com as lutas desses povos e com as estratégias locais de memória e de continuidade étnica. O grande desafio é como dentro de um museu nacional, partir da diversidade de culturas, fazer emergir, de forma dinâmica e participativa, uma nova forma, não hierárquica, arbitrária e excludente, de pensar a nação e seus componentes.

Alexandre Herbetta: nos últimos dez anos observamos a presença maior de populações indígenas nas universidades brasileiras, especialmente em espaços públicos, o que se deu por políticas de ação afirmativa e, também, pela instauração de cursos de educação intercultural. Segundo o Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), entre 2010 e 2016, o número subiu mais de 500%. Algumas universidades buscaram (e buscam) se organizar para receber adequadamente tais contingentes populacionais, criando ações para a permanência e conclusão dos cursos, problematizando práticas pedagógicas, espaços de convivência e procedimentos burocráticos. Há também uma série de dificuldades, como o uso da língua, o uso de gêneros textuais específicos, os prazos acadêmicos, dentre outras. Por outro lado, os PPGAS (Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social) se colocaram como espaços interessantes, recebendo uma pequena parte deste contingente populacional, refletindo sobre o processo em tela e produzindo novas relações e conhecimentos desde a universidade. Como você pensa esse processo de transformação no perfil discente universitário em relação à presença indígena em espaços acadêmicos, bem como o que pensa da relação dos PPGAS com os/as intelectuais indígenas em âmbito acadêmico ou não?

João Pacheco: houve de fato um grande aumento no acesso dos indígenas às universidades e o impacto disso é imenso na estruturação do movimento indígena e na vida das próprias comunidades locais. Se no passado dependiam fortemente de ONG's e de apoios paralelos de governos, hoje o movimento indígena conta cada vez mais com o assessoramento de profissionais indígenas em diversas áreas e também a capacidade de propor e elaborar projetos dos povos e comunidades locais cresceu muito. Com os dados atuais do INEP é possível perceber que, proporcionalmente, os indígenas já estão melhor qualificados (do ponto de vista de informações e de formação universitária) do que a população nacional como um todo. Este é um cenário muito animador e cheio de práticas e de possibilidades novas de superação da tutela (não apenas como um dispositivo geral, mas como o resultado convergente de ações de diferentes contextos e atores sociais).

Por outro lado, a transformação do perfil discente é algo de extrema importância, especialmente em uma disciplina como a Antropologia, voltada para o estudo das alteridades. Isso não se limita aos indígenas, mas afeta igualmente os afrodescendentes e, através das chamadas cotas sociais, a setores antes quase totalmente excluídos da universidade.

Para mim, é claro, que se professores e alunos são, igualmente, provindos de um mesmo estrato social, as suas práticas de investigação e de ensino estarão assentadas em sentimentos e pressupostos, implicitamente, derivados de suas condições de existência no interior de certas classes. Não falo da adoção consciente de um ponto de vista, nem de uma identificação intelectual com uma outra classe social, algo que já existia no passado, mas de um conjunto de vivências e de modos de agir, de pensar e de sentir, que implica no compartilhamento inconsciente do esquecido, do não visto, do não concebido.

O impacto deste novo perfil discente, na produção de uma antropologia diferente, já se faz sentir, perfeitamente, nas formas de ensino, nos métodos de investigação e nas bibliografias. Falo isso a partir dos quase dez anos de aplicação de uma política de quotas no PPGAS-Museu Nacional. As aulas cada vez mais se afastam de conferências magistrais, baseadas em bibliografia muito extensa e quase inatingível, e se transformam em *locus* de interlocução efetiva, com a discussão mais intensa de um número menor de textos. A preocupação em dar resposta a questões sociais aparece com mais frequência do que no passado (quando elas, para não serem ilegítimas, precisavam esgueirar-se e camuflar-se através unicamente de grandes problemas teóricos). As bibliografias em português são mais valorizadas (abandonando a exigência restritiva de que os autores sejam lidos em seus idiomas natais), os autores nacionais tornam-se hoje mais lidos e utilizados (saindo da postura provinciana de citar e referenciar-se apenas por autores estrangeiros).

Os produtos dessa nova modalidade de fazer antropologia já são – e serão cada vez mais – distintos daqueles de duas ou três décadas atrás. Os temas de pesquisas, de teses e de dissertações, frequentemente, tomam como foco as políticas públicas e as formas de protagonismo e agência das populações, ao invés de se cingirem à reiteração de questões puramente teóricas da bibliografia internacional ou à mera aplicação de modelos analíticos concebidos no exterior e de difícil adequação às bem distintas condições nacionais.

Sob esse viés, há um trabalho imenso para as novas gerações de professores e de pesquisadores, cabendo rever, radicalmente, as práticas docentes e a própria concep-

ção de ciência que imperava na antropologia de três ou quatro décadas atrás. As formas de fazer etnografia estão mudando muito rapidamente, assim como as expectativas no âmbito das comunidades locais, de organismos públicos e da sociedade civil quanto ao retorno da produção científica.

Portanto, as formas de comprometimento e de devolução da ciência precisam ser repensadas e extremamente complexificadas para atender as demandas atuais. A produção de uma monografia ou de um livro pode não ser o objetivo final de uma formação em antropologia, pois, formas de intervenção social (como vídeos, laudos, perícias, execução ou avaliação de programas sociais etc.) podem, perfeitamente, substituí-los. Manter a disciplina em expansão, aumentando o grau de presença e de contribuição da antropologia na vida social, exige refletir também com arrojo e com seriedade sobre o mercado de trabalho e novos perfis de profissionalização.

Alexandre Herbetta: o “movimento indígena” ou “movimentos indígenas”, no Brasil, são fundamentais para a democracia brasileira, desde sempre, com ênfase para a década de 1980, com a UNI – União das Nações Indígenas, quando foi destaque a atuação junto à assembleia constituinte e a mobilização no período de redemocratização brasileira. A participação em espaços políticos, partidários e representativos, entretanto, permanece pequena, com destaque para a atuação da deputada Joênia Wapichana (Rede). O governo atual recrudescer ações e discursos violentos em relação às populações indígenas, buscando, dentre outras coisas, retrocessos em relação a direitos legitimamente conquistados, como o direito originário à terra, dentre outros. Segmentos sociais anti-indígenas, como os ruralistas, tornaram-se mais poderosos e intensificaram ataques às conquistas indígenas, ameaçando vidas e a dignidade das pessoas. Ao mesmo tempo, como parte de uma política indigenista integracionista, o governo busca cooptar alguma parcela da própria população indígena. Neste contexto, há uma expectativa de maior participação político-partidária entre lideranças indígenas nas próximas eleições. Há candidaturas indígenas em partidos mais localizados no espectro da esquerda ou centro-esquerda, mas há também vinculações em partidos de direita, que ao longo dos anos se colocaram contra interesses centrais do movimento indígena. Como você vê a atual mobilização política partidária indígena em relação a próxima disputa eleitoral?

João Pacheco: a preocupação do movimento indígena, expressada no último Acampamento Terra Livre, neste ano (2022), de atuar também no campo da política eleitoral, chamando isso de “aldear a política”, me parece extremamente pertinente. Se no parlamento brasileiro, em 4 décadas, só tivemos Mario Juruna e Joênia Wapixana, no plano municipal a situação é muito diferente. Segundo um levantamento da APIB foram eleitos 237 indígenas como vereadores, prefeitos ou vice-prefeitos.

Em alguns casos, os indígenas têm presença majoritária na prefeitura e nas câmaras municipais (cito apenas como exemplos Marcação, na Paraíba, em que o prefeito é Potiguar, assim como 8 dos 9 vereadores existentes; em Uiramutã, Roraima, o vice-prefeito e 6 dos 9 vereadores são indígenas Makuxi; e por aí seguem vários outros exemplos). Em outros casos em que a presença indígena nas câmaras municipais é minoritária, a atuação dos vereadores acaba fragmentada por divisões e por interesses partidários.

Além disso, assessorar, juridicamente, essa massa de vereadores indígenas, favorecer as suas conexões com as organizações indígenas, articular as suas lutas e pro-

jetos em benefício dos indígenas, me parece uma tarefa muito oportuna e de grande impacto. A aposta do movimento indígena não é estritamente em um partido ou numa coligação, mas em criar mecanismos de comunicação e de cooperação entre os vereadores, independentemente do partido a que estejam filiados. Uma tarefa sem dúvida difícil, ainda mais considerando que alguns líderes de destaque são eles mesmos candidatos por partidos de esquerda, mas que precisa ser tentada e, mesmo que não completamente cumprida, não deixará de ter impactos muito positivos.

Em suma, no passado, os indígenas, para realizar os seus objetivos, dependiam, exclusivamente, da FUNAI. Em contextos de adversidade contaram com o apoio das ONG's e da sociedade civil. Em governos populares chegaram a ter uma interlocução direta com setores vitais da administração central, o que ajudou a conter projetos legislativos danosos e conseguiu controlar um pouco das violências locais sofridas pelas comunidades indígenas. No atual mandato presidencial, que transformou a agência indigenista numa agência notoriamente anti-indígena, dirigida pelo MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e pelos setores mais agressivos do agronegócio, os esforços da APIB se concentraram em buscar o apoio do Judiciário em relação às demandas locais. Na perspectiva de escapar da postura tutelar, os indígenas almejam, agora, combater também no Legislativo, buscando a construção de consensos menos negativos do que os atuais, sem ficarem reféns de um só partido ou de um governante.

Alexandre Herbetta: no mesmo contexto, percebemos a presença indígena mais atuante em outros domínios sociais, como nas redes sociais, na produção literária, na produção audiovisual, dentre outros. A “arte indígena” e a “literatura indígena”, por exemplo, como chamadas, passaram a ser acessadas por parte de população não indígena, antes mais distantes da questão. A luta e a reflexão sobre/da sustentabilidade se vinculam cada vez mais e de maneira ainda mais intensiva à mobilização indígena. Como vê este processo de maior diálogo e de uma relação um pouco mais próxima entre populações indígenas e não indígenas?

João Pacheco: a mobilização por direitos, com exposição continuada na mídia e nas redes sociais, chamou sem dúvida a atenção da opinião pública para um segmento relativamente pequeno da população brasileira (cerca de 0,5%) e que tinha sido, durante séculos, encoberta por discursos coloniais, estetizantes e tutelares. Isso, claro, facilitou a divulgação do trabalho de artistas, de escritores, de comunicadores e de líderes políticos indígenas.

Tais intervenções estão permeadas de objetivos políticos novos, que poderiam parecer contraditórios, mas que de fato se entrecruzam. Por um lado, marcam fortemente a sua condição étnica e a sua diferença cultural, moral e epistêmica, enfatizando a conexão umbilical entre os criadores individuais e as coletividades de que proveem. Por outro lado, criam formas de pensar questões que enfrentam a sociedade nacional e o mundo moderno, rechaçando, explicitamente, as concepções etnológicas que separam em termos de natureza e de horizonte os indígenas e os não indígenas.

Se no primeiro movimento, tais iniciativas indígenas fazem uso de um essencialismo estratégico, no segundo, estabelecem temas e bandeiras em que indígenas e não indígenas devem interagir e produzir soluções novas e criativas para problemas sociais e para sofrimentos humanos. Ocorre, assim, por exemplo, na noção de susten-

tabilidade e nos debates sobre o futuro do planeta, em que alguns pensadores indígenas vêm adquirindo grande acolhida entre o público não indígena. Nas discussões sobre políticas públicas na Amazônia, apesar da desfavorável conjuntura política nacional, os indígenas vêm sendo crescentemente convidados a participar. Passado o período de confronto na definição de terras e de territórios, surgem questões (na saúde, na educação, no manejo ambiental, na preservação cultural e de memórias) que não podem ser resolvidas sem um diálogo entre os diferentes grupos sociais envolvidos.

Para os antropólogos e educadores isso coloca a necessidade de superação de velhas divisões que, se foram funcionais em outro momento da ciência e da vida social, hoje, precisam ser repensadas. Imaginar uma etnologia indígena como quase uma disciplina à parte, com especialistas, métodos e teorias próprias, pode corresponder a uma nostálgica reedição de uma reificada antropologia clássica. Para responder aos desafios das pesquisas atuais com povos e comunidades indígenas, o antropólogo precisa, também, conhecer os problemas da sociedade nacional e da globalização, dialogar intensamente com especialistas de outras áreas, desenvolver pesquisas interdisciplinares e operar em termos de equipes de colaboradores. Dada à crescente participação dos indígenas na vida universitária e artística do país, precisa aprender a lidar e a incorporar não só com os saberes xamânicos, mas com os jovens antropólogos, advogados, cientistas e intelectuais indígenas. Tentar repetir o mito do pesquisador isolado, encontrando (ou decantando) um modo prístino de humanidade para apresentar em seus livros, que podem lhe permitir revisar radicalmente toda a ciência existente, só pode terminar em frustrações e em tragédia para as novas gerações de antropólogos.

Marlene Moura: vemos atualmente um grande retrocesso com relação aos direitos dos povos indígenas e o recrudescimento dos conflitos, envolvendo a invasão de suas terras, assassinatos de lideranças, incêndios criminosos de residências, escolas e casas de orações, mineração nas terras indígenas, bem como o malfadado Marco Temporal, entre outros. Perante o atual cenário político de inação governamental, no sentido de cumprir os preceitos constitucionais com relação à garantia e proteção dos direitos dos povos originários, como você vê a atuação do movimento indígena, no Brasil, e, como ele poderia avançar mais enquanto sujeito histórico e protagonista na luta por seus direitos?

João Pacheco: diferente de outros governos no Brasil, inclusive os do período militar, que nunca tiveram grande preocupação com a questão indígena, o governo Bolsonaro tem nela talvez o seu principal carro-chefe². O seu portfólio como candidato já indicava a paralisação da demarcação de terras indígenas, um completo redirecionamento dos objetivos da agência indigenista e a ampla abertura da fronteira amazônica (aí incluídas as terras indígenas) para quaisquer empreendimentos econômicos (agricultura, pecuária, garimpo e mineração). A agência indigenista foi colocada na esfera de influência do Ministério da Agricultura e mais especificamente de uma supersecretaria, o MAPA. Inclusive nos pronunciamentos feitos na sede da ONU, perante a comunidade internacional, líderes indígenas foram apontados como uma ameaça ao Estado.

Posto isso, eu vejo o movimento indígena, hoje, como o principal fator de oposição ao governo Bolsonaro. As mobilizações feitas pela APIB no ATL, inclusive durante o período de isolamento devido à pandemia, atraíram a atenção nacional e

internacional. Foi a maior mobilização de massas ocorrida nesses últimos anos e com intervenções muito bem estruturadas e radicalmente críticas.

Além de dar ressonância às lutas e às violências locais contra os indígenas, estimuladas, abertamente, nas redes sociais por comunicadores adeptos do presidente, o movimento indígena buscou a única porta aberta no país para as suas demandas e denúncias, o Judiciário. Em especial, os advogados indígenas iniciaram um bem sucedido diálogo com o STF, sendo a APIB admitida como proponente de uma ação direta de inconstitucionalidade pela não aplicação de uma política de proteção especial para os indígenas. Também no que se concerne ao Marco Temporal, cabe observar o parecer elaborado pelo relator, ministro Edson Fachin, rechaçando, por completo, as argumentações contrárias aos direitos indígenas.

Outra importante arena de luta são os foros internacionais de que o Brasil faz parte, que têm sido, sistematicamente, visitados por comissões de indígenas articuladas pela APIB. Organismos de direitos humanos da ONU e da OEA têm manifestado, reiteradamente, grande preocupação quanto à linha de atuação, em relação aos indígenas, posta em prática pelo atual governo. A política para a Amazônia tem sido severamente criticada e sanções econômicas foram anunciadas para bens e produtos brasileiros extraídos de forma ilegal das áreas indígenas, tanto quanto para outros provenientes de plantações com uso de produtos químicos proibidos em tais países. Tribunais internacionais acolheram o pedido de abertura de processo por prática de genocídio, assim como uma recente resolução do Parlamento Europeu condenou a atuação do governo Bolsonaro no que tange às questões indígenas e à proteção da Amazônia. Em tudo isso vamos sempre encontrar a presença qualificada de advogados e de assessores indígenas, apoiados pela APIB.

Marlene Moura: é importantíssimo discutir, enquanto acadêmicos e ativistas da causa indígena, quais são as alternativas de resistência ao desmantelamento do aparato institucional de garantia e de proteção dos direitos indígenas. No entanto, acho importante olharmos também para o médio e longo prazo, uma vez que a tendência é de término do atual governo e sua possível sucessão por um governo Lula. Que ações você acha que poderíamos já adotar ou adotar tão logo o ano de 2023 se inicie, no sentido de reconstrução do sistema de proteção e dos direitos dos povos originários?

João Pacheco: o que tem sido pedido, insistentemente, pelo movimento indígena é apenas o correto funcionamento das leis e o respeito à Constituição. Atos administrativos espúrios, como a transferência da tarefa de demarcação de terras indígenas ao INCRA, a legalização pela agência indigenista de títulos de propriedade incidentes em terra indígena ou ainda o estabelecimento de critérios para a heteroidentificação de indígenas, que são portarias e instruções normativas que contrariam os mandatos constitucionais, já foram considerados sem validade pelo STF.

Portanto, reverter a situação de enfraquecimento e de descaracterização da agência indigenista, cujos cargos de direção estão sendo ocupados apenas por pessoas sem qualquer formação na legislação indigenista nem conhecimento dos assuntos indígenas, requer apenas o correto exercício das funções do executivo, com a nomeação de funcionários e a adequada destinação de recursos. É apenas uma questão de vontade política dos governantes.

Em recente encontro com lideranças indígenas, o pré-candidato Lula mencionou, como promessa de campanha, a criação de um ministério que se ocupasse, exclusivamente, dos assuntos indígenas. Tal ideia não é nova, já foi bastante debatida no passado. O grande desafio, porém, não é a escala em que opera tal agência, se como autarquia ou ministério, mas sim, como criar e manter em funcionamento estruturas administrativas que resguardem e respeitem a diversidade das culturas indígenas e a especificidade de suas formas políticas, estabelecendo, em paralelo, instrumentos efetivos de participação dos indígenas na elaboração, na execução e na fiscalização da política indigenista. Experiências como a da Comissão Nacional de Política Indigenista (2006) e do Conselho Nacional de Política Indigenista (2015) devem ser, cuidadosamente, examinadas e, amplamente, debatidas.

Notas

- 1 Vide “Perda e Superação”, por João Pacheco de Oliveira, no primeiro livro editado pelo Setor de Etnologia e Etnografia, No Coração do Brasil, em seguida a oficinas (virtuais) realizadas com mais de 20 povos indígenas.
- 2 Analisei isso em artigo escrito e publicado no ano passado (PACHECO DE OLIVEIRA, João. A reabertura da fronteira amazônica, os dragões da maldade e as perspectivas da democracia brasileira. *Confluenze. Rivista di Studi Iberoamericani*, Bologna, v. XIII, n. 1, p. 77-104, 2021).